



RACISMO E A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS DO MACIÇO DE BATURITÉ-CE

Nágila Maria De Oliveira Dos Santos¹
Francisca Érica Sabino Dos Santos²
Luis Eduardo Torres Bedoya³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a realidade educacional que perpassa as escolas do maciço de Baturité, além de notabilizar sobre o quanto o sistema educacional da região invisibiliza a lei 10.639/03 e perpetua o racismo como interseccionalidade do bullying. O intuito deste trabalho é demonstrar a não efetivação da lei 10639, bem como todo o seu histórico de desvalorização, e as (possíveis) consequências vigentes aos corpos negros nesses espaços escolares. Além disso, é cabível salientar que, de acordo com nossas experiências imersas ao contexto educacional, a problemática se estende em um sentido amplo, perpassando as escolas, advindas de práticas racistas consistentes das instituições escolares. A metodologia que irá prevalecer mediante a essa pesquisa, é um levantamento de dados através de uma conversação sobre nossas experiências anteriores enquanto estudantes nas escolas do maciço de Baturité, comparando com a nossa condição atual como professoras/bolsistas/estagiárias, em que percebemos o quanto essa problemática ainda persiste, tendo em vista que a lei 10.639/03 de fato não é valorizada e muito menos trabalhada nas escolas. Dessa forma, há uma tentativa de mediar esses conteúdos e trazê-los para as escolas, porém existem barreiras por parte dos núcleos gestores que tentam impedir a abordagem das temáticas que a lei assegura. Mediante essa análise, é importante ressaltar a necessidade de ações efetivas que busquem introduzir e valorizar os conhecimentos acerca da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no âmbito educacional, necessitando de uma formação ampla para o conhecimento do tema por parte dos professores, núcleos gestores e secretarias de educação. Pois, mesmo com a obrigatoriedade da lei, o cumprimento da mesma é uma realidade distante nas escolas do Maciço de Baturité. Conclui-se, portanto, o quanto faz-se imprescindível a descolonização dos currículos e a construção de abordagens étnico-raciais nas escolas, visando o reconhecimento, valorização e efetivação da lei vigente.

Palavras-chave: Bullying; Lei 10639; Racismo.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente,
nagilamoliveira@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente,
franciscaerica004@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente,
luchobedoya@unilab.edu.br³



INTRODUÇÃO

Este trabalho foi proveniente de uma análise sociológica da realidade escolar enquanto discentes da componente curricular Antropologia e Sociologia da Educação, do curso de pedagogia da Unilab - CE, ministrada pelo Prof. Dr. Luis Eduardo Torres Bedoya.

O trabalho tem como objetivos: evidenciar a realidade educacional que perpassa as escolas do maciço de Baturité, notabilizar sobre o quanto o sistema educacional da região invisibiliza a lei 10.639/03 e perpetua o racismo como interseccionalidade do bullying, como também demonstrar a não efetivação da lei 10639 bem como todo o seu histórico de desvalorização e as consequências vigentes aos corpos negros nesses espaços escolares. Percebemos, portanto, o quanto as temáticas étnico-raciais não são abordadas na realidade das escolas e as suas implicações para a identidade negra.

Dessa forma, a relevância da pesquisa se dá, a partir da necessidade de ações efetivas que busquem introduzir e valorizar os conhecimentos acerca da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no âmbito educacional, pois mesmo com a obrigatoriedade da lei, o cumprimento da mesma é uma realidade distante nas escolas do Maciço de Baturité.

Nesse sentido, a efetivação da lei é primordial para que tenhamos avanços significativos na desconstrução de preconceitos, bem como no rompimento da discriminação e da democracia racial, como também no silenciamento das diferentes culturas presentes na realidade da região do maciço de Baturité. Desse modo, é evidente que mesmo com 20 de promulgação da lei, ainda persiste a negação desses conhecimentos tão pertinentes nas escolas da região.

Nessa perspectiva, a escola deveria ser um ambiente que reconhece as diferenças e as aceita, ao invés de ser um local que reproduz diferentes tipos de violências, transcendendo a vida dos estudantes e proporcionando mazelas irreparáveis que comprometem a identidade de crianças e adolescentes negros (as). Nesse sentido, esse levantamento sociológico da realidade educacional do Maciço de Baturité nos demonstra o quanto faz-se imprescindível a descolonização dos currículos e a construção de abordagens étnico-raciais no contexto educacional.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é da pesquisa participante. O levantamento de dados foi feito a partir da nossa experiência escolar enquanto estudantes das escolas do maciço, tanto no ensino fundamental e médio, e atualmente como bolsistas e estagiárias no curso de pedagogia. Na sistematização da análise comparativa dos dados, desde nossa condição atual, foi possível avaliar o quanto essa problemática ainda persiste, tendo em vista que a lei 10.639/03 de fato não é valorizada, tampouco trabalhada nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O racismo é resultado de um processo histórico de marginalização e inferiorização dos corpos negros, em decorrência da cor de pele e dos traços característicos. Dessa forma, o racismo traz mazelas irreparáveis para as pessoas negras, na qual precisam buscar formas para tentar lidar com os diversos preconceitos, discriminação e ataques racistas a sua vida toda.

Além disso, o racismo é um dos tipos de violências mais frequente nas escolas do Brasil, especificamente nas escolas do Maciço de Baturité, em que muitas vezes uma situação racista é vista como algo comum, relacionado ao bullying ou “brincadeira” por parte do corpo docente e núcleo gestor das escolas. Diante disto, muitas atitudes racistas não são tratadas da maneira que deveria, pois os responsáveis que compõe a escola não enxergam a gravidade que o racismo causa na vida dos/as estudantes negro/as. Nesse sentido, a



discriminação racial faz parte da camada de violências estruturantes presentes nos âmbitos educacionais, dessa forma, quando tratamos do bullying em referência às pessoas negras, percebemos o inter cruzamento que ocorre através da interseccionalidade, em que a pessoa negra não sofre apenas por um viés, mas por outros tipos de violência e opressão conjunta, pelo qual a prática do racismo impacta, mas que infelizmente quando se percebe, é tido como algo recorrente ao bullying.

A implementação e efetivação real da lei 10.639/03 é um desafio que afeta nossas vidas, enquanto professoras que reconhecem a importância de se trabalhar com a temática dentro da sala de aula. Inúmeras são as intervenções e as barreiras para conseguirmos proporcionar para os estudantes o conhecimento acerca das diferentes culturas, a identidade racial e a valorização das mesmas, pois normalmente nos é imposto um plano de aula com valores totalmente coloniais/tradicionais, com foco em abordagens eurocêntricas, nas quais perpetuam preconceitos e estereótipos, a exemplo da história do Brasil e dos povos Africanos.

Outro ponto relevante para a não efetivação da lei, é o fato de que as violências no que tange ao racismo dentro do espaço escolar, foi naturalizado e tratado como algo “normal”, tendo em vista a “harmonia” existente nas relações étnico-raciais. Isso se trata, portanto, de uma estrutura que ainda persiste na falácia de que não há tensões quando se fala de racismo.

Dessa forma, buscamos encontrar uma “brecha” para ir contra esses posicionamentos e trabalhar com o objetivo que a lei 10.639 propõe, porque infelizmente as temáticas raciais juntamente com a lei não são valorizadas, mas sabemos as contribuições que as mesmas proporcionam na vida dos estudantes, principalmente na sociedade, já que é carregada por preconceitos.

É a partir desta relação entre o transformar e a efetivação, que os professores devem se ater. Porém, ainda há uma estrutura racista que impede a plena concretude da lei. E como destacado, um desses empecilhos que podemos citar é o mito da democracia racial e o que “restou” da colonização das mentes, dos corpos e dos espaços. Dificultando, assim, a solidificação da lei nas escolas.

Desse modo, através de uma análise reflexiva de nosso processo educacional como estudantes e agora como profissionais da educação, é doloroso perceber o quanto a educação do Maciço de Baturité não obteve mudanças quando falamos da efetivação da lei 10.639, do combate ao racismo e a discriminação racial, pois através da nossa inserção no cotidiano escolar podemos analisar atitudes e falas racistas que perduram, bem como a não importância da lei. Porém, a efetivação da lei faz-se essencial para o combate a essas violências.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, de acordo com o tema e objetivos propostos para análise, fica evidente a importância de trabalhar as questões étnico-raciais nas escolas para o combate direto ao racismo escolar na perspectiva da interseccionalidade, para além do bullying, e para a valorização e efetivação da lei 10.639/03. A questão de estudar a história e cultura africana e afro-brasileira, não se trata apenas de datas comemorativas, mas sim de uma dimensão muito maior: são temas, estudos, falas, atitudes, textos, atividades que vão ressaltar o reconhecimento da cultura afro-brasileira. Esse reconhecimento, só será de fato uma realidade, a partir do aprofundamento dessas temáticas em sala de aula, trabalhando com os/as educandos/as, dia após dia, a partir de práticas pedagógicas ativas e no combate direto ao racismo escolar. É então que o processo de descolonização dos currículos se faria presente nas escolas: a partir da desintegração da colonialidade e a consequente supressão do racismo.

Além do mais, é importante salientar que as práticas e pesquisas que a Unilab traz sobre as relações étnico-raciais e a lei 10.639/03, particularmente o currículo afro-centrado do curso de Pedagogia é que podemos implementar, aos poucos, nas escolas do maciço, a real efetivação da lei a partir da ocupação desses espaços,



sempre com um viés de trazer à tona questões raciais que precisam estar em salas de aulas.

E é nesta perspectiva que se centra a formação de professores formados pela Unilab: uma visão comunitária das implicações sobre o racismo nas escolas, um currículo decolonial e de projetar um futuro onde seja desmembrado a discriminação racial, pois é a partir da vigência e no enraizamento da lei que poderemos sobrepor toda e qualquer constância de violência racial nas escolas, promovendo a equidade na sociedade brasileira.

Diante do exposto, é possível tomar consciência de que a aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas do Maciço de Baturité ainda é uma problemática vigente, tendo em vista a grande negação por parte das estruturas das próprias escolas, secretarias e formações de professores que ainda deixam muito a desejar neste assunto, mesmo após 20 anos da lei.

Essa “falta” pode ser entendida, em um sentido mais amplo e direto, dentro dos estudos das relações étnico-raciais e dos currículos, como uma questão muito ligada ao racismo estrutural e ao mito da democracia racial. Colocar estes termos em pautas, discutindo-os e trazendo eles para o centro, faz com que fique visível toda a questão que envolve a efetivação da lei que vigora desde 2003. Ainda que o tema racismo seja um tanto quanto complexo e delicado para alguns educadores, ainda sim, precisam ser discutidos, pois é a partir da discussão de temas referentes às relações étnico-raciais que podemos dar ao menos visibilidade às violências que ocorrem nas escolas e, enfim, combatê-las. É nomeando a violência vivida por crianças negras como racismo, que ocorre a transformação.

Nessa perspectiva, é através da lei 10.639/03 podemos ter avanços significativos na conjuntura educacional, pois quando se trata o problema da raiz com práticas pedagógicas, estratégias de ensino e debates para tentar combater/superar essas violências, construímos um espaço educacional que proporciona o reconhecimento da identidade negra e aceita a diversidade presente, o que de fato faz-se primordial.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao professor Luis Eduardo (Lucho) Torres Bedoya por nos impulsionar na realização deste trabalho, e principalmente por nos promover conhecimentos tão pertinentes acerca de temáticas extremamente necessárias para a nossa conjuntura na Educação, como as relações étnico-raciais, a lei 10.639 e a 11.645. Além disso, também gostaríamos de agradecer as escolas que fazem parte do Maciço de Baturité que sempre nos acolhe como estagiárias/bolsistas e também a prefeitura de Redenção-CE, pois é através da imersão no cotidiano escolar que conseguimos fazer esses levantamentos acerca da não abordagem sobre essas temáticas, e é também onde conseguimos construir a necessidade de promover ações pedagógicas que assegurem a lei e as respectivas abordagens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 264p. ISBN 978-85-98349-74-9.

ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L.P. Implementação da lei 10.639/2003- competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. Revista Pro-posições, São Paulo, v. 28, N.1(82), p.55-80, jan/abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/VXKbQZhKZMwgvjnZDChYypd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2023.

DIAS, Honorata. EDUCAÇÃO ESCOLAR E A APLICABILIDADE DA LEI 10639/2003 NO MACIÇO DE BATURITÉ (2013). 2014. 40 f. TCC (Doutorado) - Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/168>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GOMES, Nilma Lino. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org.

KRAUSS, Juliana Souza; ROSA, Julio César. A importância da temática de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas. Revista Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, p. 857-878. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 25 jun, 2023.

PASSOS, Almerison Cerqueira. O bullying escolar no Brasil: Reflexões gendradas e a emergência de olhares interseccionais. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, vol.02, n. 01, Jan.-Mar., 2019. Disponível em: www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh. Acesso em: 25 jun, 2023.

PEREIRA, Neuton Damásio. A trajetória histórica dos negros brasileiros: da escravidão a aplicação da lei 10639 no espaço escolar.. 2015. 109 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação das Relações Étnico-Raciais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52792/R%20-%20E%20-%20NEUTON%20DAMASIO%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 28 jun. 2023.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. Curitiba: UFPR, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia_artigos/3rocha_dissertacao.pdf Acesso em: 28 jun. 2023

SALES, Simone de Fátima Vieira et al. Os desafios de implantação efetiva da lei 10.639/2003 nas escolas. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33149> . Acesso em: 28 jun. 2023.